

“Quem vem lá sou eu, berimbau bateu, capoeira mais eu”: o ofício do antropólogo como consultor, seus pares, o Estado e os mestres na salvaguarda da capoeira¹

Geslline Giovana Braga/ USP/ São Paulo/Brasil

RESUMO:

Em 2014 e 2015 fui Consultora Unesco/Prodoc para difusão das políticas de patrimônio imaterial no Brasil, atuando junto ao Iphan Paraná, nas ações de salvaguarda da Superintendência, entre elas a da capoeira, com Comitê Gestor da Salvaguarda da Capoeira no Paraná. Mesmo período em que realizei a pesquisa de campo para doutorado, com o tema da patrimonialização da capoeira, o que me colocou em campo num duplo pertencimento. A Roda de Capoeira e o Ofício de Mestre foram registrados como Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil em 2008. Em 2012, as ações foram descentralizadas para os escritórios estaduais do Iphan. A salvaguarda da capoeira, por sua natureza multidimensional, diversa, controversa e difusa, desafia o próprio conceito de “salvaguardar”. Não há ameaças de descontinuidade. A capoeira foi salvaguardada pelos mestres em tempos mais adversos e hoje a “luta” é por políticas públicas. Os capoeiristas ainda apreendem qual a função e como o Iphan pode atuar para as políticas de patrimônio, aprendizado este que envolve uma nova aquisição de repertório, no qual o ofício do antropólogo é mais um verbete. Bem como para o Iphan a presença de antropólogos nos quadros institucionais ainda é recente (a superintendência do Iphan/PR não tem antropólogos entre seus servidores), tornando-se maior a partir de 2002. A função de consultor coloca o antropólogo para além de mediador entre detentores e Estado. Ainda visto com desconfiança, pois muitos capoeiristas consideram que este até então apenas criminalizou e perseguiu a capoeira. Alguns antropólogos também nutrem desconfianças com relação às políticas de patrimônio imaterial, sendo o consultor alguém que “está” no Estado, mas a ele não pertence. Haja “ginga”! A prática da observação do antropólogo é conotada na “roda” como qualidade de um bom capoeira, que “aprende de oitiva”. Na construção coletiva da salvaguarda, o antropólogo precisa aprender a “gingar” com seus pares, a instituição e os capoeiristas. Quando os capoeiristas e mestres tem a compreensão de que é o antropólogo quem “ginga”, surgem demandas direcionadas e “chamadas” para ação, obrigam a atuação prática, conferem agência à mediação do antropólogo e a “manha” de jogar também com o Estado. No trabalho apresentado as demandas e “chamadas” serão discutidas “numa roda” entre os conceitos de “Antropologia por Demanda”, de Rita Segato e “Antropologia da Ação”, de Roberto Cardoso de Oliveira. Nestas perspectivas também pretendo discutir como a formação do antropólogo não se centra no “agir comunicativo” e como somos despreparados para lida com a burocracia do Estado.

Palavras-chave: salvaguarda, capoeira, Estado

¹ “Trabalho apresentado na 30ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 03 e 06 de agosto de 2016, João Pessoa/PB.”

Introdução

A Roda de Capoeira e Ofício de Mestre foram registrados como Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil, em 2008, pelo Iphan – Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o primeiro bem a obter duplo registro em duas categorias, no Livro das Formas de Expressão e dos Saberes, respectivamente. Trata-se, até então, do único registro de abrangência nacional, as ações de salvaguarda foram descentralizadas para as superintendências estaduais em 2012. Criando assim processos em formatos diferentes de salvaguarda para capoeira para cada Estado. Como no caso do Paraná, em algumas superintendências estas foram as primeiras ações de salvaguarda de bem registrado no Estado.

O dossiê² do registro da capoeira como patrimônio imaterial traz em suas páginas finais, um conjunto de ações sugeridas para salvaguarda da capoeira, estas são centralizadas na preservação da memória e sustentabilidade dos mestres, idealizadas a partir de sistematizações do Pró-Capoeira³:

- Reconhecimento do notório saber do mestre de capoeira pelo Ministério da Educação (MEC).
 - Plano de previdência especial para os velhos mestres de capoeira.
 - Estabelecimento de um Programa de Incentivo da Capoeira no Mundo.
 - Criação de um Centro Nacional de Referências da Capoeira.
 - Plano de manejo da biriba e outros recursos.
 - Fórum da Capoeira.
 - Banco de Histórias de Mestres de Capoeira
 - Realização de Inventário da Capoeira em Pernambuco.
- (2014, p. 121 a 125)

Com a descentralização da salvaguarda para os escritórios estaduais, cada Estado forma o seu órgão de representação (Comitê Gestor, Conselho de Mestres, Fóruns e Grupo de Trabalhos), elabora o seu Plano de Salvaguarda, no qual são definidas as diretrizes e as ações para a realização das ações.

No Paraná, o Comitê Gestor da Salvaguarda da Capoeira do Paraná foi formado em dezembro de 2012, na ocasião das eleições foram discutidas diretrizes para salvaguarda em Grupos de Trabalho (Capoeira Identidade e Diversidade, Capoeira e Educação, Capoeira Esporte e Lazer, Capoeira Profissionalização e Internacionalização,

² “Em 22 de julho de 2009, foi instituído o Grupo de Trabalho Pró-Capoeira (GTPC) através da Portaria nº48. Este grupo é formado por representantes de unidades do Ministério da Cultura e tem a finalidade de estruturar as bases do Programa Nacional de Salvaguarda e Incentivo à Capoeira (Programa Pró-Capoeira)”, in http://www.cultura.gov.br/programas6/-/asset_publisher/HTI3dB7MSlaL/content/programa-pro-capoeira-342422/10913, acessado em 19 de junho de 2016.

³ Os dossiês são produzidos como parte do processo de identificação e mapeamentos dos bens e são publicados por ocasião do registro. Dossiê de registro da Roda de Capoeira e do Ofício de Mestre, disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dossi%C3%AA%20capoeira.pdf>, acessado em 19 de junho de 2016.

Capoeira e Políticas de Fomento e Capoeira e Desenvolvimento Sustentável). As discussões não foram sistematizadas em formato de plano, indicando as ações, o que dificultou a apropriação destas como algo a se realizar pelos membros do Comitê Gestor. Os temas dos debates estão ligados a articulações com outras esferas governamentais, para a difusão da capoeira no ambiente escolar, o direito dos mestres a ministrar suas aulas e a garantias de direitos ampliados dos capoeiristas, entre outros.

A primeira gestão foi formada por 11 capoeiristas, seis mestres, três contramestres, dois professores, destes duas mulheres, como forma de atender o regimento que indica a participação feminina, a diversidade de graduações, grupos e vertentes. O grupo reuniu-se em média uma vez a cada três meses, compactuou a centralidade das ações na realização de eventos com apoio do Iphan e descentralizou suas reuniões para as cidades onde os eventos eram realizados. Sete membros seguiram até o final gestão. Dentre os motivos de desistência estão a impossibilidade de acompanhar viagens, o direcionamento exclusivo para o apoio a eventos e ausência de discussões políticas.

No final de 2015, foi realizada a renovação do Comitê Gestor da Salvaguarda da Capoeira no Paraná, quando as eleições foram descentralizadas para quatro macrorregiões, como forma de ampliar a participação. Foram eleitos nove membros, dois de cada macrorregião e um da Região Metropolitana de Curitiba e nove suplentes, dois membros serão indicados para atender aos critérios de diversidade da capoeira. Destes novos membros, dois foram reeleitos, seis já tiveram eventos apoiados pelo Iphan e apenas um ainda não tinha participado das ações de salvaguarda.

Os consultores Unesco/Prodoc são contratados por meio do projeto de cooperação técnica firmado entre o governo brasileiro a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – Unesco. Em novembro de 2014, a Roda de capoeira foi inscrita como Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade pela Unesco. Os contratos preveem acompanhamento das atividades das superintendências estaduais, incentivo à descentralização das políticas de patrimônio imaterial para os municípios, qualificação das produções locais e realização de relatórios. A natureza temporária dos contratos faz com que o trabalho como consultor seja uma condição efêmera, contraditória à continuidade preconizada nas ações de salvaguarda. Tempo

curto para concretizar afetos necessários à salvaguarda, no meu caso, construídos com a “observação participante” nos eventos apoiados pelo Iphan.

Fui consultora em dois períodos de seis meses, em 2014 e 2015⁴, quando atuei nas salvaguardas da Capoeira e do Fandango Caiçara. Realizei o mapeamento dos Clubes Sociais Negros no Paraná e acompanhei as demais atividades da superintendência. No presente trabalho abordarei apenas a experiência com a capoeira. Dois períodos curtos, em função dos trabalhos que exigem continuidade e desenvolvem-se muito a partir de relações de proximidade com os detentores. A superintendência do Iphan Paraná tem um pequeno corpo técnico, com apenas um servidor atuando no patrimônio imaterial como historiador. Em função das demandas de trabalho, este vem realizando um segundo mestrado na área de antropologia.

Durante o período da consultoria realizei a pesquisa para o doutorado em Antropologia Social/USP sobre o processo de patrimonialização e salvaguarda da capoeira, fato que me colocou num duplo pertencimento, de pesquisadora e consultora.

Novos repertórios para a capoeira

A capoeira tradicionalmente era apreendida de “oitiva”, com a observação das movimentações do mestre. Como dizem os mestres antes das “papoeiras”⁵ nos eventos: “capoeira não é só movimentação, é também sentar e ouvir”. Na oralidade transmitem-se os sentidos da manifestação ligados à ancestralidade negra, à resistência escrava e à capacidade de difusão na história recente. Signos que também justificam a patrimonialização e a salvaguarda, para aqueles que nelas creem como políticas de redenção, reparação ou ação do Estado. Esta faceta de apreender na oitiva, “sentar e ouvir”, faz com que o fazer do antropólogo aproxima-se do saber apreender da capoeira.

A condição neófita das políticas públicas para a capoeira pode ser compreendida como aquisição de uma nova linguagem para mestres, grupos e capoeiristas. Esta nova linguagem tem os seus significados nos significantes do passado da luta e resistência. Ou seja, luta e resistência tem como lugar hoje as políticas públicas. Além do processo salvaguarda ligado ao Iphan, na última década estiveram nas pautas das relações entre

⁴ A experiência com trabalhos de pesquisas sobre capoeira e clubes sociais negros anteriores justificaram a minha contratação, as pesquisas anteriores resultaram nos documentários: “Sob a Estrela de Salomão: a Sociedade Treze de Maio como lugar de construção de memória e identidades negras em Curitiba”(2012) e “Iê: Capoeira em Curitiba”(2014).

⁵ Bate-papo entre mestres com perguntas e intervenções dos alunos.

capoeira e Estado questões como: a regulamentação da capoeira (Projeto de Lei nº 2.858/08), a profissionalização do capoeirista (Projeto de Lei 17/2014), a esportização da capoeira (PL 50/2007), Lei dos Mestres (Projeto de Lei 1176/2011), necessidade de credenciamento ao Cref – Conselho Regional de Educação Física, “unificação⁶”, a capoeira na escola (PL 5222/2009), a garantia de proteção no Estatuto da Igualdade Racial (Lei 12.228/2010), Pró-Capoeira, Fóruns e Grupos de Trabalhos ligados a Fundação Palmares e Seppir (Secretaria de Políticas Públicas para Promoção da Igualdade Racial⁷) e criação de setoriais de capoeira no CNPC - Conselho Nacional de Políticas Culturais e em conselhos de cultura municipais e estaduais⁸. O aparecimento destes novos verbetes, a onipresença e espectro do Estado em suas significações, geram um emaranhado de interpretações distintas quanto a capacidade de atuação dos órgãos ligados ao Estado e suas competências. Fato, que em alguns grupos, coloca novas configurações hierárquicas, quando os mais jovens são julgados mais hábeis na lida com estas novas linguagens.

Os temas acima e ainda a formação de mestres⁹, hierarquia e fundamentos são geradores de controvérsias infinitas. Seguindo os passos apontados por Bruno Latour, do ponto de vista analítico, as controvérsias devem ser o ponto de partida e a partir delas é possível rastrear as conexões “[...]seu ponto de partida tem de ser justamente as controvérsias acerca do agrupamento a que alguém pertence, incluindo, é claro as dos cientistas sociais entorno da composição do mundo social” (2012, p 52). A patrimonialização e salvaguarda da capoeira são motivos de controvérsia, nem todos¹⁰ os grupos legitimam estas políticas de Estado.

Hoje, as controvérsias ganham força principalmente pelo uso extensivo das redes sociais. Especialmente com o *Whatsapp*, nos últimos anos, os recursos de formação de grupos e gravação de áudio possibilitam a manutenção da oralidade, o registro das falas,

⁶ Este termo tem relação com o III Congresso Unitário de Capoeira, que seria realizado em 2015, inicialmente entre outras propostas tinha em sua “tese” a regulamentação e unificação da capoeira como propostas.

⁷ Secretaria criada em 2003, foi anexada ao Ministério da Justiça e Cidadania pelo governo interino de Michel Temer, em 12 de maio de 2016.

⁸ Em 2013, durante a III Conferência Nacional de Cultura foi aprovada a inclusão da setorial de Capoeira no CNPC – Conselho Nacional de Política Cultural. Diante do governo interino de Michel Temer não se sabe ainda o destino dos conselhos, bem com da política nacional de participação social, já que a base política deste governo (DEM, PSDB e PMDB) são contrários a esta política.

⁹ Segundo os mestres mais antigos, antes o título de Mestre era dado pela comunidade por aclamação. Com a introdução dos sistemas de graduação, cada grupo adotou tempos diferenciados para formação dos mestres. Estes diferentes tempos causam polêmicas, segundo observações durante o período da pesquisa para o doutorado, a formação de um mestre pode variar entre dois e vinte anos.

¹⁰ A propósito, o uso excessivo do pronome indefinido “alguns”, ou nem todos¹⁰, neste artigo é também fruto da controvérsia que impede o uso do consensual “todos”. Ou fruto da incorporação da “voz nativa”, o uso da voz passiva é comum entre os capoeiristas, que devido a controvérsias, não revelam quem praticou determinadas ações consideradas indevidas, como será descrito no decorrer do texto.

dispersão e alcance destas rapidamente ao infinito. O que tem potencializado, propagado e cristalizado controvérsias, replicadas nos grupos virtuais ecoam nas redes “reais”. Numa manifestação como a capoeira, na qual oralidade é transmissão de saber, um bom mestre é reconhecido também por sua oratória, o recurso “gravar” torna-se uma ferramenta e instrumento de “inversão da tradição” - termo de Nicholas Thomas (1992) utilizado por Marshall Sahlins (1997) para definir processos de reafirmação de valores culturais dos grupos para diferenciar-se do outros por meio de elementos externos que reforçam tradições – neste caso os mestres usam a tecnologia para reafirmar valores de sua oralidade, luta e resistência. Como jogadores que se revezam na roda de capoeira, os temas se sucedem como jogos, em função dos acontecimentos do entorno. Com tantas fontes, pautas e a ferramenta “gravar áudio” há uma tendência ao emaranhado, ao entendimento do “Estado” como uno e há um entrecruzamento entre esferas que não competem as mesmas instâncias. A separação destes fios do emaranhado é uma função destinada ao consultor e ao Iphan, prestando esclarecimentos sobre todas as políticas em andamento, nas instâncias jurídicas e legislativas, já que o Iphan nos Estados é o órgão governamental mais próximo aos capoeiras.

Diante da diversidade da capoeira e das políticas públicas para esta, a salvaguarda é um processo de aprendizado e de aquisição de repertório para capoeiristas, corpo técnico do Iphan e consultores. Enquanto os capoeiras acessam o repertório do Estado, transformam seus discursos, transmitem a sua conceituação dos verbetes patrimônio e salvaguarda para os técnicos do Iphan e consultor. De acordo com as recomendações da Unesco e do Iphan, os detentores são os protagonistas na salvaguarda de seus bens, assim os trâmites revestem-se do habitus da capoeira, muita “mandinga¹¹” e “ginga¹²” permeiam as redes de relações do registro e salvaguarda da

¹¹A mandinga é o encantamento da capoeira, contagiando de forma mágica o capoeirista de sagacidade e engenho na roda e na vida. Constitui-se como visão de mundo, investe-se das habilidades da eficácia, transformação e ação. Mandinga não se ensina, não se transmite como um saber, não se aprimora no treino como a movimentação, se apreende como ethos. O mais antigo significante de mandiga é proteção, um dos significados atribuídos ao termo salvaguarda e finalidade de suas ações. O termo salvaguarda substitui o termo de proteção, amplamente utilizado no patrimônio material, para a consolidação da ideia de patrimônio imaterial e sua ligação à antropologia (não mais ao folclore) e a noção de dinâmica cultural, dissociando da noção de que proteger é tornar estático. Assim como a noção contemporânea de mandiga, afastou-se dos primeiros significados ligados à proteção dos amuletos e tornou-se a habilidade da capoeira prever, adaptar-se e fazer “a capoeira ser o que ela quiser”, como afirmou Mestre Camisa (em entrevista realizada no VII Festival Nacional da Arte Capoeira, evento anual do Grupo Abadá em Curitiba, em março de 2015, realizado por Professor Matraca e Instrutora Tiara). Mestre Luiz Renato Vieira destaca que os antigos mestres por ele entrevistados, colocavam a mandinga como categoria de oposição a violência atual nas rodas, a compreendendo como “estruturante central” para unidade da capoeira em sua diversidade, contribuindo para a essência da prática não ser descaracterizada ao longo do século XX, quando saiu das ruas para academias e foi sistematizada, por exemplo (1998, p.111). Ou seja, o conceito deixou de significar proteção para tornar-se elemento a ser protegido/salvaguardado.

¹² A ginga é o elemento mais importante da capoeira, neste vai e vem, o capoeirista se esquivava, entra e sai dos golpes, também é considerada o elemento que confere malandragem e graça ao jogo. Reis e Vidor discutem, em “O Mundo de Pernas Pro Ar”, concluem ser a ginga responsável pela ambiguidade da capoeira, proporcionando a ela um caráter multidimensional: A ginga é “boa

capoeira¹³. A primeira como identidade da capoeira, a segunda como identidade do capoeira.

O conceito de patrimônio no senso comum liga-se à noção de propriedade. Portanto a patrimonialização pelo Estado como “patrimônio nacional”, pode ser compreendida como desapropriação da manifestação dos agentes culturais de fato. Como colocou Vassalo (2009), tal concepção gera muitas perguntas sobre patrimônio de quem seria capoeira, perguntas ligadas a controvérsia das gêneses da capoeira que reverberam: “[...] elas ecoam incessantemente nos ouvidos de todos os que passaram a lidar, direta ou indiretamente, com as ações do Estado que visam a sua salvaguarda”(2009, p.02). Mestre Moreno¹⁴ (MG/SP¹⁵) respondeu-me com pergunta retórica a questão do registro: “Depois de tanto anos, vocês (Estado) vem dizer que a capoeira é patrimônio? A capoeira sempre foi patrimônio para os capoeiristas!”

Nos relatos de mestres e capoeiristas, não seguros das benesses do registro, existem dois temores com relação a noção do patrimônio como propriedade: 1) a apropriação da capoeira pelo Estado brasileiro sem o devido e reconhecimento e “retorno” aos capoeiras; 2) para muitos, com a internacionalização e o investimento de outros países na capoeira, em breve, algumas nações ultrapassarão o Brasil em qualidade e quantidade, dizem que vai acontecer com o futebol, esporte inglês transformado em símbolo brasileiro, neste sentido ser patrimônio do Brasil é uma proteção. Em evento do Grupo Abadá em Curitiba, em 2015, organizado pelo Mestrando Periquito Verde, Mestre Santana (RJ), afirmou: “A Unesco deu uma rasteira na capoeira”, segundo ele, com a inscrição da roda de capoeira como Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade (2014) a capoeira agora não é do mundo.

Apesar das controvérsias gerarem conotações distintas para as políticas públicas, há um uníssono: justificar a patrimonialização da Roda de Capoeira e do Ofício de Mestre

para pensar” porque faz que a capoeira deslize entre as categorias: não é um esporte, mas é; não é uma dança, mas é; não é uma luta, mas é. (...) Mas há ainda algo fundamental a ser ressaltado com relação à ginga: é ela que impede o confronto direto entre os capoeiristas. O jogo da capoeira é marcado pela oposição ataque-esquiva, o que nos remete à oposição espaço cheio-espaço vazio (2013, p.83-4)”.

¹³ Em minha tese “A capoeira da roda, a ginga no registro e a mandinga na salvaguarda”, em elaboração, com conclusão prevista para 2016, uso a noção de ginga e mandinga como analogia ao registro e a salvaguarda, respectivamente.

¹⁴ Em entrevista realizada no evento “Abril para Angola 2015”, em Itapeccerica da Serra – SP, evento organizado por Mestre Minha (PR/SP).

¹⁵ Quando constam dois Estados nos parênteses após o nome dos mestres, o primeiro refere-se ao Estado de nascimento, o segundo ao Estado de formação na capoeira e atual residência. Quando constam três Estados nos parênteses após o nome dos mestres, o primeiro refere-se ao Estado de nascimento, o segundo ao Estado de formação na capoeira e o terceiro a atual residência.

na trajetória da capoeira no século XIX, os fatos históricos fundamentam as dicotomias das expectativas com relação ao Estado¹⁶. Escravidão e criminalização são “memórias não-vividas¹⁷”, que afetam profundamente a compreensão semântica dos capoeiristas sobre o presente. Os críticos ao registro da Roda de Capoeira e do Ofício de Mestre como patrimônio citam escravidão e criminalização para concluir que o Estado, mais uma vez, pretende se apropriar e aproveitar da capoeira. Já para os capoeiras apoiadores do registro, a patrimonialização é uma política de redenção e retração do Estado em função da perpetração da escravidão e criminalização da capoeira.

O conceito de salvaguarda, por não ser de uso comum, tem sua interpretação mais permeada pela analogia do que pelo conceito instituído. Ou seja, o termo é associado a noção de “proteção” ou “preservação” residente na expressão “salvar” e “guardar”. Mestre Zequinha (SP) disse no evento “Eu sou capoeira 24 horas”, realizado em Londrina (PR), pelo Contramestre Angolinha, em novembro de 2015: “A capoeira não precisa de resgate, quem faz resgate é ambulância”. Nesta frase reside a noção de resgate como sinônimo de salvaguarda, salientado que as tradições da capoeira não foram perdidas, tampouco ela está ameaçada.

Na conceituação da Unesco¹⁸, os objetivos da salvaguarda afastam-se da noção de proteção e preservação do patrimônio material e os engloba como item junto a fruição, promoção e sustentabilidade, tendo como base as dinâmicas culturais antropológicas e a impossibilidade “congelamento”, como no patrimônio material. Também considerando que, por vezes, a continuidade de um bem está relacionada a sua capacidade de adaptação, no qual a trajetória da capoeira no século XX é um exemplo clássico.

O conceito de salvaguarda é conotado pelos mestres mesclando as duas concepções acima: acepção da palavra e conceituação da Unesco. Os mestres consideram

¹⁶ As dicotomias quando as relações capoeira e Estado foram expressas na recente extinção do MinC – Ministério da Cultura pelo governo interino de Michel Temer, em maio de 2016. Houve capoeiristas que se posicionaram contrários a participação nas ações contra a extinção do MinC, considerando um absurdo os capoeiristas lutarem contra a extinção de um ministério que nunca ofereceu nada a capoeira. E, aqueles que reconhecem os avanços do MinC e participaram das ocupações das sedes dos MinC em todo Brasil.

¹⁷ Em minha tese, em elaboração, utilizo o termo “memória não-vivida”, ou “memórias do não vivido”, para descrever como os capoeiristas referem-se a trajetória da capoeira no século XIX, como uma rememoração das agruras da escravidão, a ancestralidade é revivida como um passado presenciado corporalmente semanticamente determinantes para compreensão do presente.

¹⁸ Na “Convenção para Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial da Unesco”, no documento final define-se o conceito de “salvaguarda”, nas Disposições Gerais, Artigo 1: Finalidade da Convenção, item 3: “Entende-se por ‘salvaguarda’ as medidas que visam garantir a viabilidade do patrimônio cultural imaterial, tais como a identificação, a documentação, a investigação, a preservação, a proteção, a promoção, a valorização, a transmissão – essencialmente por meio da educação formal e não-formal - e revitalização deste patrimônio em seus diversos aspectos”. Disponível em: <http://www.unesco.org/culture/ich/doc/src/00009-PT-Portugal-PDF.pdf>, acessado em 19 de junho de 2016.

que a capoeira já foi salvaguardada pelos antigos mestres no século XX: com as transformações promovidas por Mestre Pastinha e Mestre Bimba, com a saída das ruas para academias, com a sistematização dos ensinamentos, com a sua difusão pelo mundo em “mais de 150 países”, como gostam de afirmar os mestres: “coisa que nenhuma igreja fez”. Por ocasião dos sete anos do registro, postei o dossiê de registro da capoeira, em arquivo em pdf, na página do Comitê Gestor da Salvaguarda da Capoeira no Paraná no Facebook. Mestre Limãozinho (BA/SP¹⁹) comentou: “Salvaguardar o que nós mestres no decorrer do tempo sempre salvaguardamos com amor e dedicação e sem pompa. Só com os pés no chão”. Mestre Zelão (MA/SP) complementou em seu comentário: “Com certeza a capoeira dará a continuidade a sua história no novo milênio, com dignidade e perseverança dos grandes mestres”. Ou seja, os propósitos residentes no conceito de salvaguarda, forjado pelas instituições, para os capoeiristas já aconteceu, sem ajuda do Estado, pelas capacidades e habilidades da capoeira e esforços dos mestres. Neste direcionamento, cabe agora ao Estado recompensar os antigos mestres agentes na salvaguarda da capoeira. A salvaguarda é reconhecida dentre os capoeiristas como uma política de ação, com objetivos práticos de garantir a sustentabilidade agora aos mestres, não da capoeira, pois independente do Estado a capoeira está assegurada de continuidade, enquanto os velhos mestres permanecem “à mingua²⁰”. Como sempre diz Mestre Lito (PE/SP/PR), nas reuniões do Comitê Gestor da Salvaguarda da Capoeira no Paraná: “A capoeira é imaterial, mas os mestres são materiais²¹”. A seguridade aos antigos mestres é um dos poucos consensos entre todas as vertentes da capoeira.

Compreender as funções e possibilidades de atuação do Iphan também se inscreve na aquisição de novos repertórios para capoeira. Nas demandas chegadas ao Iphan identificam-se variações entre os desejos de independência e tutela. Haja ginga para compreender os limites da legitimidade dada ao Estado! Por vezes, solicita-se a resolução de controvérsias históricas da capoeira, que o Iphan não tem sapiência para intervir, como por exemplo, identificar quem merece ou não título de mestre.

¹⁹ Quando constam dois Estados nos parênteses após o nome dos mestres, o primeiro refere-se ao Estado de nascimento, o segundo ao Estado de formação na capoeira e atual residência. Quando constam três Estados nos parênteses após o nome dos mestres, o primeiro refere-se ao Estado de nascimento, o segundo ao Estado de formação na capoeira e o terceiro a atual residência.

²⁰ Costuma-se dizer que Mestre Bimba e Mestre Pastinha - mentores das duas vertentes da capoeira baiana, Regional e Angola respectivamente - morreram à mingua, em condições precarizadas de vida e sem tratamento de saúde adequados. Hoje, muitos mestres ainda padecem.

²¹ Tal frase teve grande impacto sobre as minhas reflexões em campo, a ouvi pela primeira vez em 01 de novembro de 2014, na reunião do Comitê Gestor da Salvaguarda da Capoeira do Paraná realizada em São José dos Pinhais, no evento “Iê Viva Meu Mestre: Mestre Ananias Pedra 90”, realizado por Mestre Kunta (ES/SP/PR).

Nestas situações, quando a salvaguarda é um exercício de “troca de saberes”, um dos fatores transformadores é a compreensão do Estado como composto de “pessoas”, com as quais é possível relacionar-se de forma próxima. A personificação dos agentes do estado é positiva no sentido de desburocratização e destandardização do processo de salvaguarda. A construção de afetos é um dos méritos na salvaguarda da capoeira do Paraná, pois a aproximação e convivência com o corpo técnico do Iphan transformou as relações de desconfiança iniciais em diálogo e reconhecimento. Se fazer presente em eventos, aceitar convites e participar destes integralmente, visitar a casa dos mestres “humanizou” as redes de relações da salvaguarda da capoeira no Paraná. Ou seja, os modos de fazer pesquisa da antropologia foram acionados nos processos de salvaguarda, tornaram-se eficazes e produziram afetos. Mestre Kunta Kintê (ES/SP/PR), membro da segunda gestão do Comitê Gestor, costuma contar que quando era convidado para as reuniões do Iphan “levava um saco de pedras”. Hoje é um dos mestres mais atuantes junto ao Iphan, mesmo não tendo participado da primeira gestão. Há uma imprescindibilidade de afeto na salvaguarda, pois se o Estado diz reconhecer e valorizar a capoeira como patrimônio cultural é nos técnicos que tais verbos se realizam com o respeito aos valores da capoeira e atenção aos velhos mestres.

O ofício do antropólogo consultor também é mais um verbete a traduzir. As indagações sobre este elemento a mais na rede da salvaguarda existem e as respostas não oferecem a compreensão integral, só o convívio intenso revelam aos detentores e ao próprio antropólogo a sua função na “ginga” com a capoeira e Estado.

Na salvaguarda da capoeira consultor entra na roda

Na capoeira, quando batizados os iniciantes ganham apelidos de seus mestres por suas características ou algum fato. Como não capoeirista, não batizada, fui recebendo “apelidos” de alguns mestres ao longo dos contatos. Como na cultura popular, de forma geral, apelidar faz parte do escárnio e do riso, analiso aqui três formas como fui chamada. A análise destes diz não sobre minhas “qualidades” ou “defeitos” como no caso dos alunos, mas sobre como os capoeiristas compreendem o ofício do antropólogo consultor. Ao invés de tomá-las em seu aspecto negativo me fizeram pensar sobre a condição de consultora. O primeiro é um apelido no sentido mais assemelhado

ao da capoeira, o segundo tornou-se um vocativo e o terceiro um xingamento, progressivamente partem da proximidade para o distanciamento.

Mestre Macaco Santana (BA/SP) foi um dos primeiros a me “apelidar”, me chamando de “Madame”. Estranhei por este não se relacionar a minha aparência. Ele destacou minha formação e educação para com os mais velhos para justificar tal apelido. Num evento posterior, quando estávamos na confraternização, me contou: “Sempre falo de você para os meus alunos de capoeira, alunos de medicina da Unifesp, como uma verdadeira madame: educada, doutora da Unesco, que consegue estar entre nós.” Nesta frase compreendi que, mesmo existindo capoeiristas de todas as profissões e classes, diante da minha condição de consultora com vínculo institucional não era natural a eles minha presença constante e participação tão próxima. Neste “apelido”, nota-se o distanciamento do fazer do antropólogo/pesquisador em campo e do consultor vinculado a uma instituição governamental e outra internacional. Podemos notar o peso institucional na concepção dos capoeiristas, pois como pesquisadora/estudante a presença era mais naturalizada.

É complexo ocupar o papel de consultor numa estrutura extremamente hierarquizada como a capoeira. As falas dos mestres dificilmente são contestadas pelos discípulos e muitas coisas são insinuadas e nunca ditas²². Nas reuniões do Comitê Gestor acabei por ser chamada de “Chatinha Necessária”. Mestre Lito (PE/SP/PR) me deu esta alcunha afirmando que certas coisas precisavam ser ditas e alguém tinha que ocupar este papel, assim como consultora o assumi, passei a enunciar minhas colocações acionando como vocativo: “Como “chata necessária”, vou fazer tal colocação”. Nos dois anos de trabalho, Mestre Lito foi um dos mestres mais próximos a mim, com quem compartilhei uma relação afetuosa de permissividade e reciprocidade, entre muitas risadas.

Em certa ocasião, no grupo de whatsapp da Salvaguarda/PR, muitos capoeiristas e mestres demandavam minha intervenção em particular, pois alguns usavam o grupo para conversas pessoais, para assuntos que não se relacionavam à capoeira, com momentos desrespeitosos. Inicialmente, neguei-me a interferir e pedia que estas colocações fossem realizadas no próprio grupo. Num dia, depois de receber dezenas de

²² Por exemplo, por ocasião da celebração da inscrição da Roda de Capoeira como Patrimônio Imaterial da Humanidade pela Unesco (2014), o Iphan/PR organizou um evento, quando foram entregues os certificados da titulação da Roda de Capoeira como Patrimônio Imaterial Cultural do Brasil para 40 mestres de todo Paraná, o evento recebe críticas até hoje de capoeiristas e diferentes mestres, dizendo que nem todos que receberam certificado de fato eram mestres. No entanto os críticos nunca apontaram nomes.

mensagens em particular solicitando intervenção, resolvi através de mensagem solicitar que o grupo fosse usado apenas para assuntos coletivos e de forma respeitosa. Prontamente fui alvejada e nenhum daqueles que sugeriam minha intervenção se manifestou (posteriormente, disseram o porquê: sabiam que eu me defenderia sozinha). Nesta ocasião um dos envolvidos, crítico ferrenho ao Estado de forma geral, que até hoje não o conheço pessoalmente e que nunca participou das reuniões de salvaguarda, chamou-me de capitão-do-mato. O que me deixou profundamente entristecida e provocou muitas reflexões.

Como já mencionado, as narrativas da escravidão são como memórias não-vividas, produzem sentido, estão nas canções e justificam o presente. A escravidão não é passado simples, resistência e luta são características da capoeira herdadas neste período. Na cantiga “Lembranças de um passado”, de Mestre Mão Branca, nascido em Belo Horizonte (MG) em 1960, as ações dos feitores e capitães-do-mato são narradas como “vividas corporalmente” pelo autor:

*“Lembrança de um passado, faz meu peito encher de dor,
ainda me lembro do meu pai falando se esconda menino lá
vem o feitor,
mal podia ouvir sua voz fazendo o atabaque ecoar,
capitão-do-mato vem chegando, prepara meu corpo para
guerrear.”*

Com certa frequência, o termo de “capitão-do-mato” é utilizado para referir-se aos atuais dominadores, o “senhor de escravo” não é acionado como capitão-de-mato. O grande responsável por manter a estrutura do sistema escravagista era o senhor, no entanto quem é rememorado como grande opressor é o capitão-do-mato, que perseguia, executava a violência corporal e estava mais próximo aos negros socialmente, não eram ricos e também eram dominados pelos senhores. Os capitães-do-mato eram mediadores entre escravos e senhores. Compreendendo os afetos produzidos pelo termo do qual fui chamada, considereei que, por dois motivos, capitão-do-mato caberia para a situação de controvérsias a que o processo de salvaguarda de capoeira se sucede: por atuar a partir do Estado, considerado opressor e promotor da escravidão por aquele grupo; e também porque naquele momento fui a repressora (mulher e branca) em nome de outros iguais, que não se colocariam em função das suas linhagens e pertencimentos. Em ambos os

sentidos caberiam os termo, na lógica da capoeira e na agência das memórias não-vividas da escravidão. Embora tenha sido um xingamento, não um apelido, pronunciado uma única vez, traduziu a visão do estado como opressor e do consultor como um mediador.

Os ofícios do antropólogo consultor: da demanda e da ação

A antropologia, como disciplina acadêmica “da observação” com objetivos da compreensão “do outro”, tem contraditórios na práxis dos seus primeiros tempos, com alguns de seus clássicos produzidos no espectro colonizador. Este passado ligado ao Estado apresenta resquícios na concepção de vários antropólogos sobre seus pares prestadores de serviços ao Estado, como se tal trabalho representasse a recolonização da própria antropologia. Não raras vezes no período de consultoria, ouvi de colegas, afirmações sobre o fato de deixar de ser antropólogo ao prestar serviços ao Estado, a impossibilidade de manter os empreendimentos da disciplina junto ao Estado, sobre a burocratização da escrita antropológica e ainda sobre a necessidade de se manter em posição de confronto eterno na atuação como consultor. Sentidos estes de natureza assemelhada as concepções dos capoeiras sobre o Estado. Tanto para alguns capoeiras, como para alguns colegas antropólogos, atuação do consultor é impregnada da faceta de opressor/colonizador.

Para capoeira não relativizar o Estado impede a ampla participação dos grupos, compromete a diversidade nas ações de salvaguarda, as restringindo aos grupos, mestres e capoeiristas dispostas a dialogar. Para a antropologia a incapacidade de relativizar o Estado é uma via dupla, na qual nos distanciamos de uma formação onde as políticas públicas possam ser incorporadas as grades curriculares e nos tornam pouco preparados para manejar as ferramentas do Estado à favor da antropologia e dos povos ou grupo que pesquisamos. Fialho, Valle e Moreira Santos destacam em artigos, na coletânea da Aba (Associação Brasileira de Antropologia), “Laudos Antropológicos em Perspectiva” (2015), organizada por José Pacheco de Oliveira (e outros) a emergência das discussões sobre perícias e laudos na formação do antropólogo, a formação para consultor e inventariante (Tamaso, 2002) também emerge, por suas especificidades e ampliações de demandas junto ao Iphan, com o início das políticas para o patrimônio imaterial em

2002²³. Cardoso de Oliveira (2004) coloca, há décadas, que os grupos pesquisados pelos antropólogos não precisam mais de porta-vozes junto ao Estado, falam por si só, então para o antropólogo na condição de consultor saber o idioma do Estado é tão útil quanto falar a língua do “nativo”.

Diante das controvérsias da antropologia, Roberto Cardoso de Oliveira adota ao termo “antropologia da ação”, de Sol Tax (1952), em oposição à “antropologia aplicada”: “Porém, quando evoco a antropologia da ação como diferente da antropologia aplicada – cuja história sempre esteve associada ao colonialismo –, não é para fustigar a vocação intervencionista da disciplina, mas apenas para sublinhar o caráter de sua atuação na prática social (entendida também como práxis), ou ainda, se quiser, o seu agir no mundo moral”(2004, p.21). A possibilidade de “agir no mundo” do antropólogo e a antropologia atuar como “prática social” implica relacionar-se e dialogar para além da academia. E, para agir, não basta compreender a perspectivas e anseios daqueles que pesquisamos e servir de tradutor, é preciso incorporar também a lógica do Estado para acessar inclusive seus melindres. Oliveira chama de “agir comunicativo”, a prática mediação na qual o antropólogo não precisa ser a voz dos grupos e sim fazer a interação da comunicação a partir das propostas dos grupos e das interfaces do Estado.

O antropólogo consultor é um mediador. Com agência dentro do Estado por ser capaz entender as dinâmicas das manifestações, por dispor-se a compreender as lógicas do Estado, de difíceis relativização aos seus pares e aos povos e grupos historicamente oprimidos. Alguém disposto a acessar a estrutura do Estado com os “instrumentos de bordo da antropologia” e o repertório da capoeira, compreendendo todos estes trâmites como processos de mediação, no sentido de Wagner:

Uma antropologia que se recusa a aceitar a universalidade da mediação, que reduz o significado a crença, dogma e certeza, será levada à armadilha de ter de acreditar ou nos significados nativos ou nos próprios. A primeira alternativa, dizem-nos, é supersticiosa e não objetiva; a segunda, de acordo com alguns, é “ciência”. E, todavia, esse tipo de ciência pode facilmente degenerar uma forma de discurso indireto, em mundo de fazer afirmações provocativas traduzindo idiomas em fatos e superexotizando os objetos de pesquisa em prol do efeito simbólico. Isso é possível porque a antropologia sempre é necessariamente mediadora, esteja ou não consciente das implicações

²³ No momento que concluo este artigo, há um temor quanto a continuidade das políticas públicas para o patrimônio imaterial, em função da criação, pelo governo interino de Michel Temer, da Secretaria Especial de Patrimônio ligada ao gabinete da presidência, que supostamente minimizará a atuação do Iphan dentro da estrutura do governo.

disso; a cultura, como termo mediador, é uma maneira de descrever outros como descreveríamos a nós mesmos, e vice-versa (2010, p.66)

Nesta concepção a própria antropologia e cultura são mediadores. Então a prática do antropólogo consultor está para além da mediação, reveste-se de agência, quando inserido num processo de salvaguarda contribui para uma política de ação capaz de transformar a própria manifestação. A prática solicita a ação na mediação, ou melhor uma mediação cujo os objetivos sejam de natureza prática e eficaz. Assim como os capoeiristas esperam seja feita a salvaguarda. Certa vez, um mestre precisou de auxílio médico durante um evento e foi levado ao médico com o carro do Iphan, outro mestre que presenciou a cena exclamou: “Isto é salvaguarda”! Este convite à ação dos capoeiristas, Laura Rita Segato chama de “antropologia por demanda”, definido como: “Este proyecto alternativo se revela a parte de uma disponibilidad de antropólogo para ser interpelado por comunidades y pueblos que le colocan su “demanda” y permiten, de esa forma, que su “ciência” abstenga um lugar y uma razón en el camino del presente”(2013, p.11).

Durante o período da consultoria as demandas transformaram-se, a partir da aproximação, da criação de laços afetivos e das observações de minhas disponibilidades (realização de grupos de estudos, interlocução junto a prefeituras²⁴) e habilidades específicas. Neste processo, devo destacar a “humanização” da atividade e principalmente a percepção de que o consultor não era alguém revestido de “poderes”, por condições acadêmicas ou de representação institucional, o que muitas vezes foi traduzido pelos capoeiras na palavra “humildade” - por estar entre eles e como eles, compartilhar os momentos de convívio. Surgiram também demandas técnicas: como também sou fotógrafa, esta foi uma das funções que me eram constantemente solicitadas, assim como escrita de projetos e auxílio em tarefas mais burocráticas. Aliás, em função do pequeno corpo técnico da superintendência do Iphan/PR internamente também me ocupei, com muito gosto, de afazeres relacionados a minha formação anterior de jornalista, fotógrafa e documentarista. Ou seja, em certa medida a instituição e os capoeiristas demandaram ações práticas, das quais estava habilitada a fazer, por ter uma formação híbrida (e equipamentos). Na condição de aprendiz, devo destacar a evolução de meus registros fotográficos, na proporção que passei a

²⁴ No período da segunda consultoria, fruto de uma mediação junto a Fundação Cultural de Curitiba e diversos grupos da cidade foi demandada a criação da Setorial de Capoeira no Conselho Municipal de Política Cultural, com realização de Conferência Setorial de Capoeira.

compreender as lógicas e dinâmicas do jogo, me tornei capaz de antecipar os golpes e a registrá-los de forma mais precisa e também de saber o que não fotografar.

Um das demandas mais constantes a mim solicitadas pelos capoeiras, talvez mais pela condição de pesquisadora do que de consultora, é para que eu treine capoeira. Demanda da qual gostaria de estar apta a responder, em detrimento de minhas condições físicas e psicológicas, conquanto como consultora escolher um grupo para treinar no período trabalho geraria mais controvérsias, pois perderia a neutralidade em nome de um pertencimento. Este distanciamento se fez necessário. A inaptidão para entrar na roda e “realizar” a capoeira em meu corpo, não foi frustrante de certa forma em função do meu “interesse” em ouvir, o respeito aos mestres e conhecimentos históricos sobre capoeira. O me tornou para alguns “mais capoeira, do que muito capoeira”. Ou seja, as “ferramentas” e “instrumentos” da antropologia me fizeram capoeira (para alguns). Como revela a fala de Mestre Mestrinho ao pedir a palavra ao microfone, no final da roda de encerramento do evento 8º Encontro de Angoleiros, em Colorado, 2015, região Norte do Paraná, nesta os fazeres da pesquisa e da consultoria somam-se a patrimonialização em oposição “perseguição” e “marginalização” da capoeira:

“A Geslline que não está jogando capoeira e como eu, ela também é capoeirista. Ela uma estudiosa da capoeira e está fazendo registros aqui, estes registros são bem importantes para nós da capoeira, porque até bem pouco tempo, a capoeira era tida como uma arte marcial marginal, clandestina, coisa de negro, coisa de desocupado, coisa de vadio, mas Graças à Deus a capoeira foi reconhecido como patrimônio imaterial brasileiro. E, depois ano passado, foi reconhecida como patrimônio imaterial da humanidade, que algo muito grande. E, antes, quando a Capoeira era perseguida, marginalizada, nós estávamos aí, na década de 70, 80, 90, nós conseguimos sobreviver, quando a gente não tinha vergonha de ser capoeira. Agora hoje, todos temos que ter orgulho de ser capoeira, porque hoje ele é a maior representatividade brasileira”.

Importante é não tomar tais atitudes elogiosas apenas por seus aspectos positivos, pois estas também tiveram suas controversas e me distanciaram dos mais jovens e menos graduados (não de todos), que consideravam uma quebra de hierarquias esta alusão a um pertencimento à capoeira, na mesma medida testar meus conhecimentos tornou-se um procedimento. Em recente entrevista a TVABA, antropóloga Claudia Fonseca²⁵ fala sobre o “descontrole da experiência”, o sentimento “desamparo” de estar em campo, de sentir-se “intrusa”, “fora de lugar” e por vezes sentir-se “mais como vendedora de Avon do que Indiana Jones”(17:10), as chamadas

²⁵ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=L46-mYw4wRE>, acessado em 29 de junho de 2016.

consultoras que circulam dentro das casas para vender produtos de beleza. A consultoria na salvaguarda da capoeira tem todos estes desconfortos, por entrar temporalmente numa rede controversa, maquiada pela aura institucional para oferecer um “produto” que nem todos querem, ou sabem a finalidade, condição de fato muito distante do conquistador.

Dentre as especificidades do trabalho do consultor, está atuar junto ao Estado com um trabalho de natureza prática sem a ele pertencer, sem poder responder por ele e ainda “zelar por sua imagem”. Como “um terceiro elemento”, é como Santos classifica a atuação do antropólogo perito junto ao Ministério Público Federal e povos e comunidades tradicionais: “Assumir a voz da instituição seria arrogar-me de um poder fictício; assumir o papel do porta-voz dos indígenas ou de outros grupos que recorriam ao MPF potencializaria o efeito do discurso científico como “discurso da verdade”; tornar desnecessária a fala – ou a participação – daquele sobre quem se fala”. (2015, p. 338). No caso da salvaguarda da capoeira ser este “terceiro elemento” significa utilizar-se da “caixa de ferramentas” (Segato, 2013) e dos “instrumentos de bordo” (Oliveira, 2004) da antropologia para a promoção de uma mediação capaz de transformar-se em políticas de ação.

A rede da salvaguarda da capoeira é formada inicialmente por Iphan e capoeiristas eleitos para o Comitê Gestor (em função de determinações do Comitê no Paraná, outras instituições ligadas ao governo federal, estadual e municipal não tem cadeira, bem como outros possíveis mediadores), o consultor é o terceiro elemento (não permanente em função dos contratos) e há ainda um quarto elemento: a controvérsia! Responsável por transformar todas estas relações, inclusive o ofício do consultor, a controvérsia atua em função da diversidade da capoeira, difusão e profusão no Paraná. Entendida como um quarto elemento por ser acionada no sentido latouriano, sempre presente, não há como desconsiderá-la. No processo de salvaguarda está incorporada não só naqueles que estão às margens do processo. Ao invés de tratar a controvérsia como elemento, poderia simplesmente dizer que a salvaguarda da capoeira realiza-se sob égide do conflito, no entanto a controvérsia não se apresenta apenas como ou no conflito. Na capoeira, de uma forma geral, a controvérsia é elemento fundante: nas narrativas sobre as origens da capoeira (africana, afro-brasileira, brasileira, indígena, afro-indígena-brasileira); na dicotomia entre Capoeira Angola e Regional; nas linhagens e fundamentos; por isto é um elemento estruturante na diferenciação dos grupos. Diante da onipresença das

controvérsias, o ofício do consultor não é torná-las consenso, e, sim, evidenciar-las como inerentes a diversidade da capoeira, que deve ser contemplada em todas as ações de salvaguarda. Para ilustrar a agência da controvérsia, a crítica mais comum ao primeiro Comitê Gestor é o melhor exemplo: os capoeiristas não participantes diziam que o Comitê não tinha membros da Capoeira Angola, no entanto dos sete membros, que permaneceram atuantes até o final, todos se identificavam como desta vertente (dos desistentes, dois não eram angoleiros). Controvérsia indissolúvel, que de fato o Iphan não resolveria. Aliás, o ofício de consultor não raras vezes também é categorizar as “cumbucas onde o Iphan não mete a mão”, depois de ouvir tal expressão, costumamos usá-la para salientar como e no que o Iphan não poderia atuar.

Como a multidimensionalidade da capoeira, difusão e diversidade da capoeira, o consultor também faz a mediação com os capoeiristas não inseridos no processo de salvaguarda, ocasionalmente opositores ao próprio Comitê, em função dos membros e de conflitos anteriores à formação. A Gestão 2012-2015 do Comitê Gestor da Salvaguarda da Capoeira no Paraná centrou suas demandas em apoios do Iphan a eventos, inicialmente para eventos dos próprios membros, quando surgiram demandas externas de grupos e mestres não membros, a controvérsia se personificou. E, como as demandas e críticas chegavam ao Iphan e a mim, por muitas vezes tive que ser a voz destes capoeiristas não presentes. Ou a voz da controvérsia. Durante as reuniões, em certos momentos, via-me obrigada a promover discussões e lançar algumas provocações²⁶, pois muitas vezes percebia as propostas práticas distanciando-se das discussões da necessidade de ações continuadas apontadas por eles mesmos, visando atingir aos objetivos da salvaguarda estabelecidos em discussões coletivas ampliadas²⁷ e contemplar a diversidade da capoeira para além da representada no Comitê Gestor.

Nem só de controvérsias se fez o trabalho como consultora. Ao longo das consultorias construí relações de proximidade e afetos entre os grupos que circulei. Nestas redes, apreendi que a capoeira espera do consultor a mesma performance de um bom capoeira: saber ouvir, observar e desta forma apreender, respeitar os mestres, conhecer a trajetória da capoeira, lutar pela capoeira, saber fazer da resistência arte e

²⁶As ações de salvaguarda no Paraná iniciaram-se em dezembro de 2012, sem a realização de um mapeamento da capoeira no Estado, a partir de uma lista de contatos oferecida por um mestre, que tinha pertencido a Federação de Capoeira. Com a realização de novas eleições para o Comitê Gestor da Salvaguarda da Capoeira no Paraná, notou-se que as ações não ultrapassaram este rede inicial.

²⁷ Como já mencionado anteriormente, em Grupos de Trabalho durante a primeira eleição do Comitê Gestor de Salvaguarda da Capoeira no Paraná.

jogar e gingar na vida como habitus, no sentido de Bourdieu de “disposição incorporada” (2011, p.61). Na lógica da capoeira não ser passivo diante da controvérsia é virtude e o jogo é considerado bonito quando “o golpe entra, mas não entra”.

Considerações finais

Em função do caráter recente das políticas de patrimônio para capoeira, o processo de salvaguarda caracteriza-se como um aprendizado para todos os envolvidos. Nesta rede, onde o Iphan e os Capoeiristas são os principais agentes, consultor e controvérsias são o terceiro e quarto elementos, onde o consultor deve ser um mediador disposto a utilizar sua “caixa de ferramentas” e “instrumentos de bordo” da antropologia do estado e da capoeira, diante de demandas circunstanciadas para um “agir comunicativo”, determinantes para a construção do ofício do antropólogo consultor. Cabe aos agentes do Iphan apreender os conceitos de patrimônio e salvaguarda da capoeiristas, enquanto os capoeiristas compreendem a lógica do Estado e adquirem um novo repertório relativos às políticas públicas de patrimônio.

O patrimonialização é entendida pelos capoeiristas como simbólica, uma política de retratação e redenção do Estado, em função da escravidão e criminalização no século XIX, da salvaguarda é esperada a ação, principalmente para os antigos mestres, que cumpriram o papel do Estado ao salvaguardar a capoeira no século XX.

Ação espera-se do consultor, as demandas são por uma prática eficaz, tanto da instituição quanto dos capoeiristas. Incorporar o habitus da capoeira, aceitar a controvérsia como um elemento no processo da salvaguarda da capoeira, diante da diversidade de grupos e mestres, faz do consultor é um agente mediador, disposto a gingar: “Quem vem lá sou eu, berimbau bateu, capoeira mais eu²⁸”.

²⁸ Nesta cantiga reside um das controvérsias da capoeira, canta-se: “capoeira sou eu” e “capoeira mais eu”. Na gravação de 1975 de Mestre Suassuna (BA/SP/BA), do Grupo Cordão de Ouro, canta-se “capoeira sou eu”.

Referências Bibliográficas

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2011.

FIALHO, Vânia. Perícias e laudos antropológicos como componentes de formação profissional; SANTOS, Ana Flávia Moreira. Uma disciplina de “laudos” na Graduação; VALLE, Carlos Guilherme do. O “trabalho do antropólogo”: cursos, oficina e formação em perícias e laudos antropológicos, in OLIVEIRA, João Pacheco; Mura, Fabio; Silva, Alexandra Barbosa. Laudos Antropológicos em Perspectiva. Brasília DF: ABA, 2015.

LATOUR, BRUNO. Regregando o Social: uma introdução à teoria do Ator-Rede. Salvador: Edufba, 2012; Bauru, São Paulo: Edusc, 2012.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. O mal-estar da ética na antropologia prática. In: VÍCTORA et al. (Orgs.). Antropologia e ética: o debate atual no Brasil. Niterói: EdUFF, 2004.

SAHLINS, Marshall. O pessimismo sentimental e a experiência etnográfica: porque a cultura não é um objeto em via de extinção (Parte II). Mana vol.3 n.2. Rio de Janeiro, 1997.

SEGATO, Rita. La crítica de la colonialidad em ocho ensayos y una antropologia por demanda. Cidade Autónoma de Buenos Aires: Prometo Libros, 2013.

TAMAZO, Isabela. A expansão do patrimônio: novos olhares sobre velhos objetos, outros desafios. Série Antropologia Nº 390. Brasília, Universidade de Brasília, 2006.

VASSALO, Simone Ponde. A capoeira como patrimônio imaterial: novos desafios simbólicos e políticos. 32º Encontro Anual da Anpocs, GT 29: Patrimônios Museus e Ciências Sociais. Caxambu, 2008.

VIDOR, Elisabeth e REIS, Letícia Vidor de Souza Reis. Capoeira: Uma herança cultural afro-brasileira. São Paulo: Selo Negro, 2013.

VIEIRA, Luiz Renato. O jogo de capoeira – Cultua Popular no Brasil. Rio de Janeiro: Sprint, 1998.

WAGNER, Roy. A invenção da cultura. São Paulo: Cosac Naify, 2010.